



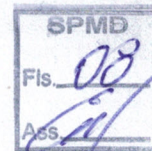
ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Consultoria Técnico-Legislativa da Mesa Diretora

Núcleo Econômico

Comissão de Trabalho e Administração Pública - CTAP



Parecer nº 33/2020/CTAP

Referente ao PDL 4/2020 que **"Susta e modifica a redação de dispositivo do Decreto Governamental n.º 452 de 13 de abril de 2020."**

Autor: Deputado Elizeu Nascimento

Relator: Deputado

Sebastião Rezende

### I – Relatório

A presente iniciativa foi recebida em 15/04/20 e registrada pela Secretaria de Serviços Legislativos no dia 15/04/20, lida na 27ª Sessão Ordinária em 15/04/20, sendo dispensada de pauta em 15/04/20, foi registrado trâmite para a Consultoria/Secretaria Parlamentar em 15/04/20 e para o Núcleo Econômico em 16/04/20, tendo sido remetido para a CTAP em 15/04/20 para enunciar parecer quanto ao mérito, tudo conforme controle processual da Assembleia Legislativa e consoante as folhas nº 02, 07/verso.

15/04/2020 - Lido: 27ª Sessão Ordinária (15/04/2020)

15/04/2020 - Dispensa de Pauta

15/04/2020 - Na consultoria p/ despacho

16/04/2020 - Núcleo Econômico

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2020, de autoria do Deputado Elizeu Nascimento, conforme ementa acima. No âmbito desta Comissão, não foram apresentadas emendas ou substitutivo.

De acordo com o presente projeto, o artigo 2º do Decreto Governamental n.º 452 de 13 de abril de 2020, passará a vigorar com a escrita seguinte:

*"Art. 2º (...) A suspensão de que trata o art. 1º deste Decreto depende de requerimento por escrito formulado pelo servidor público. Nenhum encargo financeiros incidirá sobre a operação decorrente da aplicação deste Decreto. (...)"*





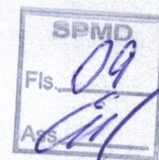
**ESTADO DE MATO GROSSO**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Consultoria Técnico-Legislativa da Mesa Diretora

Núcleo Econômico

Comissão de Trabalho e Administração Pública - CTAP



Na evolução do processo preparatório de leis, o projeto foi despachado para esta Comissão de Trabalho e Administração Pública para emitir parecer quanto ao mérito, considerando a relevância social e interesse público.

É o relatório.

## **II – Análise**

Compete a esta Comissão enunciar parecer a todos os projetos que abordem os temas contidos no artigo 369, inciso XII, alíneas “a” a “f” do Regimento Interno da Assembleia, a saber, emitir parecer a todos os projetos que tratem de assuntos atinentes à ordem social mato-grossense, tendo como base o trabalho e como objetivo o bem-estar e justiça social; fiscalizar as relações de trabalho e política de emprego.

Ainda segundo a citação acima, compete à Comissão de Trabalho e Administração Pública apoiar programas de aprendizagem e treinamento profissional; estimular sindicalismo e organização sindical; tratar de matérias relativas ao serviço público da administração estadual direta e indireta, inclusive, fundacional; acompanhar os assuntos pertinentes à segurança e medicina do trabalho dos órgãos públicos estaduais.

No tocante à tramitação legislativa e abordagem do tema, o Regimento Interno antevê dois casos: no primeiro, verifica-se a existência de lei que trate especificamente do tema abordado. Se confirmada, o projeto será arquivado, caso não amplie a lei em vigor. No segundo, a existência de projetos análogos tramitando. Se houver, a propositura deverá ser apensada.

Segundo pesquisas realizadas a propósito do assunto pela Secretaria de Serviços Legislativos, não foi identificado nenhum projeto em tramitação que trata de matéria idêntica ou semelhante, e nenhuma norma jurídica em vigor que dispõe a propósito da mesma matéria, importando na inexistência de obstáculo regimental ao prosseguimento da proposta de lei. Destarte, tal propositura completa as condições necessárias para análise de mérito por esta Comissão.

Sem qualquer dúvida, a propositura cumpre os requisitos de oportunidade, conveniência e relevância social. Quanto à oportunidade, o ato administrativo abrange os pressupostos fático e jurídico.

O pressuposto fático são os episódios, acontecimentos e os fatos que levam a Administração Pública ou Parlamentar a oferecer a proposta legislativa que leva à Política Pública capaz de discipliná-los.

Segundo a justificativa do proponente, a Organização Mundial da Saúde – OMS e os especialistas da área de saúde, máxime os infectologistas, vêm defendendo com ardor que as





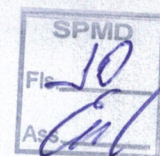
**ESTADO DE MATO GROSSO**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Consultoria Técnico-Legislativa da Mesa Diretora

Núcleo Econômico

Comissão de Trabalho e Administração Pública - CTAP



medidas de isolamento social são a melhor opção para debelar a propagação do novo coronavírus, aconselhando aos governos assegurar renda e bem-estar da população.

Ainda que seja imprescindível, uma vez que constitui impedir a falência do sistema público de saúde e socorrer vidas, a limitação à circulação de pessoas é um comedimento árduo e que insinua efeitos econômicos que afligirão toda a população, com maior agravamento àquele segmento em situação de fragilidade social.

O Estado precisa assegurar o bem-estar das pessoas que estão perdendo renda e carecem de serviços ativos para ter atendida os imperativos basilares de sobrevivência. A Organização das Nações Unidas e governos pelo planeta vêm aconselhando e adotando políticas sociais para a repartição de renda e de materiais, insumos e itens de alimentação básicos à condição de dignidade humana.

O Estado de Mato Grosso tomou importantes e indispensáveis comedimentos para não somente evitar a propagação viral, mas ainda tratar as pessoas que vierem a ser ofendidas pelo vírus, entre elas a instituição do isolamento social para os serviços considerados não essenciais nesta ocasião.

O Estado deve avocar a função de afiançar ao servidor público, condições para pôr em prática as medidas de afastamento social sem afetar seu próprio sustento ou de sua família. De tal maneira, a incidência de juros e encargos financeiros para a execução do Decreto em glosa, ocasionaria implicações trágicas na saúde financeira do Servidor Consignado.

O pressuposto jurídico é a disposição legalística que compõe a ação estatal e/ou do parlamentar na ocasião da proposta legislativa. No caso em mote, inexiste disposição normativa para a apresentação de matéria em análise, ao contrário o arcabouço legal tem por objetivo proteger os cidadãos quer expressamente, quer por interpretação complementar nas situações omitidas pela lei.

O projeto apresentado se apresenta delineado com extrema relevância social e interesse público, oferecendo a opção de o servidor público escolher se adere ou não à suspensão do desconto, além de resguardar o orçamento familiar dos servidores contra adicionais despesas com juros e correções.

Frente ao averiguado, pode-se asseverar que a iniciativa está em consonância com os supostos demandados para aprovação, posto que assegura proteção do servidor público contra a prática de cobrança de taxas adicionais aos empréstimos por eles efetuados, e a possibilidade de adesão à suspensão do desconto do crédito consignado.

Deve-se oferecer elogios ao parlamentar pelo seu interesse em inovar no labirinto de leis, oferecendo normas aptas a tranquilizar os servidores públicos quanto ao pagamento de despesas financeiras. Por final, ficando confirmadas as condições indispensáveis e frente a todo exposto e da





ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Consultoria Técnico-Legislativa da Mesa Diretora

Núcleo Econômico

Comissão de Trabalho e Administração Pública - CTAP



assente justificativa do autor deste projeto de lei, entendemos ser de extrema importância a recepção da alteração pelo dispositivo legal em vigor.

É o parecer.

### III – Voto do Relator

Pelas razões expostas, quanto ao **mérito**, voto pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2020, de autoria do Deputado Elizeu Nascimento.

Sala das Comissões, em 20 de 04. de 2020.

### IV – Ficha de Votação

Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2020 - Parecer nº 33/2020
Reunião da Comissão em 20 / 04 / 2020
Presidente:
Relator: Deputado Sebastião Rezende

Voto Relator
Pelas razões expostas, quanto ao <b>mérito</b> , voto pela <b>aprovação</b> do Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2020, de autoria do Deputado Elizeu Nascimento.

Posição na Comissão	Identificação do(a) Deputado(o)
Relator	
Membros	